

BOLETIM INFORMATIVO

População Negra



SANTA CATARINA - EDIÇÃO 1 - AGOSTO 2019



Igualdade Racial é responsabilidade de cada um e de todos nós!

Adotada pelo Estado de Santa Catarina, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) - Uma Política SUS – publicada pelo Ministério da Saúde, tendo como objetivo central - a promoção da equidade em saúde - visando edificar ações inseridas na singularidade, subjetividade, alinhada à Política Nacional de Atenção Básica/ Atenção Primária, porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ministério da Saúde (MS) institui a PNSIPN, 2009, sedimentada por muitas falas e violências de toda ordem. juntamente com ações afirmativas, marco nas conquistas no enfrentamento a discriminação racial frente a uma injusta cultura predominantemente racista.

Nesse sentido, a importância do reconhecimento por parte do MS do racismo institucional está na implementação desta política pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) aprovada nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal.

Com essa compreensão, o MS dispõe do III Plano Operativo (2017 – 2019) com propostas possíveis no âmbito individual e/ou coletivo de serem ofertadas no território, objetivando facilitar e ampliar o acesso com garantia de escuta, envolvendo 5 Eixos Temáticos com sugestões e ações reflexivas:

- I - Acesso da População Negra às Redes de Atenção à Saúde;
- II - Promoção e Vigilância em Saúde;
- III - Educação Permanente em Saúde e Produção do Conhecimento em Saúde da População Negra;
- IV - Fortalecimento da Participação e do Controle Social;
- V - Monitoramento e Avaliação das Ações de Saúde para a População Negra.

Sugestões de Estratégias a Gestores e Profissionais de Saúde no Desenvolvimento de Ações na Implementação e Monitoramento na Atenção Primária, considerando a pactuação na CIT:

. Qualificar e fortalecer o acesso da população negra e das comunidades tradicionais (Quilombolas e Terreiros) aos serviços de saúde da atenção básica, em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, conforme a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, em especial a Estratégia de Saúde da Família;

. Fortalecer e articular ações de enfrentamento das altas taxas de mortalidade materna de mulheres negras, visando reduzir as disparidades nos índices da mortalidade entre mulheres brancas e negras, tendo em vista o acolhimento com classificação de risco em obstetrícia e ações de enfrentamento ao racismo institucional;

. Fortalecer e apoiar a implantação da linha de cuidado em doença falciforme e sua inclusão na Rede de Atenção à Saúde (RAS), em conformidade com a Portaria GM/MS nº 1.391, de 16 de agosto de 2005 e Portaria MG/MS nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010;

. Incentivar ações setoriais e intersetoriais de promoção da saúde e prevenção à violência, participação e protagonismo juvenil, objetivando a redução dos altos índices de violência letal contra a juventude negra;

. Fortalecer a inserção da temática étnico-racial nos processos de educação permanente das equipes de atenção básica e dos trabalhadores/profissionais de saúde do SUS;

. Fortalecer os temas da igualdade de gênero, raça/cor e etnia na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNPSUS) e nas Mesas de Negociação Permanente, existente nas esferas estadual, municipal e ou regional;

. Estimular a atuação da população negra nos espaços de participação, controle social e da gestão participativa da saúde;

. Incluir o quesito raça/cor na identificação dos usuários nos sistemas de informação do SUS;

. Qualificar a coleta, o processamento, a análise e a publicação dos dados desagregados por raça/cor;

. Estimular o preenchimento pelas equipes de Atenção Básica, do campo:

Assim, no contexto da atenção primária, as ações propostas sustentadas por princípios constitucionais do SUS, visa garantir e ampliar acesso aos cuidados em saúde no desenvolvimento de estratégias efetivas no enfrentamento a vulnerabilidades vivenciadas por afrodescendentes frente a desigualdades estigmatizantes históricas e, com isso, contribuir para a redução dos determinantes epidemiológicos dessa população em nosso estado.



LER MAIS EM:

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

**LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE
2010**



É membro de povo ou comunidade tradicional ???

Se sim, qual ???

(constante na ficha de cadastro individual da estratégia e-SUS AB)

2019

**ANO DE PROMOVER A INCLUSÃO DAS
ESTRATÉGIAS DO III PLANO OPERATIVO DA
PNSIPN EM AÇÕES DE SAÚDE NO TERRITÓRIO CATARINENSE**

Olá,

A Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS) por meio do Núcleo Equidade em Saúde (NES) em parceria instituídas nas 16 Regiões de Saúde e com o Ministério da Saúde, promovem a inclusão das estratégias em prol da oferta de cuidado integral da população negra. Assim, para esse ano de 2019, convidamos equipe e gestor SUS local a contribuir com ações inclusivas privilegiando a garantia de escuta para que possamos ofertar acesso e, por conseguinte, o preenchimento pela equipe da atenção primária no que se refere a raça/cor/etnia.

Quais estratégias podem ser promovidas pela atenção primária para esse ano de 2019?

- Uma das estratégias se refere a Declaração de Raça/Cor/Etnia na identificação dos usuários nos sistemas de informação do SUS.

Mas afinal, qual a importância?

A importância está no valor singular no sentido de atribuir qualidade nos sistemas de informação do SUS (“qualificar a coleta, o processamento, a análise e a publicação dos dados desagregados por raça/cor”) e, com isso, aglutinar ações inclusivas catarinenses, sustentadas na PNSIPN e especificidades do território.

Escuta é condição primeira para garantir acesso avançado para negras e negros catarinenses na agenda da saúde!

- Com isso, a escuta efetivamente assume papel fundamental na implementação do acesso avançado ao se ofertar cuidado nos espaços de saúde em consonância com os princípios SUS: universalidade - integralidade - equidade





“Declarar raça/cor é importante para a construção de políticas públicas, pois permite que os sistemas de informação do SUS consolidem indicadores que “ a percepção de cada um em relação à sua raça/cor, implica considerar não somente seus traços físicos, a origem étnico-racial, aspectos socioculturais e construção subjetiva do sujeito”

(Portaria nº 344, de 1 de fevereiro de 2017)

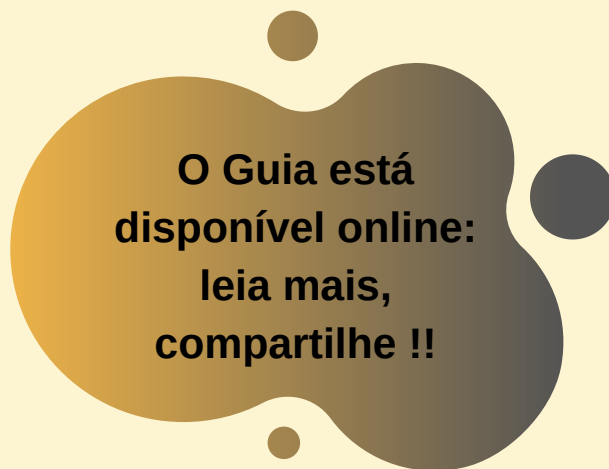


O Guia de Implementação do Quesito Raça/Cor/Etnia, 2018, nas palavras de Jorge Luís de S. Riscado “trata-se de um assunto muito pertinente neste momento de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População negra (PNSIPN)”, a medida que “ o não preenchimento do formulário no sistema, ou fazê-lo de forma errada ou inconsistente, acaba por trazer vieses prejudiciais em uma análise, afastando-a da realidade e impedindo ações mais efetivas (...) para o estabelecimento de políticas públicas aprimoradas no propósito de erradicar e/ou minimizar as iniquidades em saúde”, conclui.



Saiba mais em :
www.saude.gov.br

Sim, implementar e “qualificar a coleta, o processamento, a análise e a publicação dos dados desagregados por raça/cor/etnia” são estratégias de fundamental importância a medida que orienta planejamento de políticas sociais.



Ainda seguindo com a importância do
 preenchimento adequado no sistema SUS

A institucionalização dessa estratégia fortalece “ o acompanhamento e disseminação da informação relacionada às populações em situação de vulnerabilidades, no que diz respeito às suas condições de vida e de saúde”, reforça Maria Inez Montagner.

Ao reconhecer como legítimo vulnerabilidades e racismo enquanto “determinante social em saúde”, o Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece em seus princípios respeito à dignidade humana de negras e negros, quando assume compromissos pautados na agenda governamental, por políticas públicas permanentes com ações afirmativas frente a vulnerabilidade desta população (MS,2017).

A PNSIPN reafirma: "o enfrentamento ao racismo exige igualdade de oportunidades"

A certificação é o primeiro passo para o processo de titulação dos territórios quilombolas, contribuindo que essas comunidades tenham acesso a várias políticas públicas, dentre essas, promoção da saúde, considerando sua singularidade e subjetividade respeitando as necessidades do território.

Com 16 comunidades remanescentes de quilombolas catarinense, a Comunidade Invernada dos Negros é a única que possui (parcial) a titulação das terras após 15 anos de processo(Iarek Eduardo, Antunes Jéssica, 2019).

Comunidades Quilombolas

Promoção da Saúde e intersetorialidade

“Grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos” (INCRA, 2019).

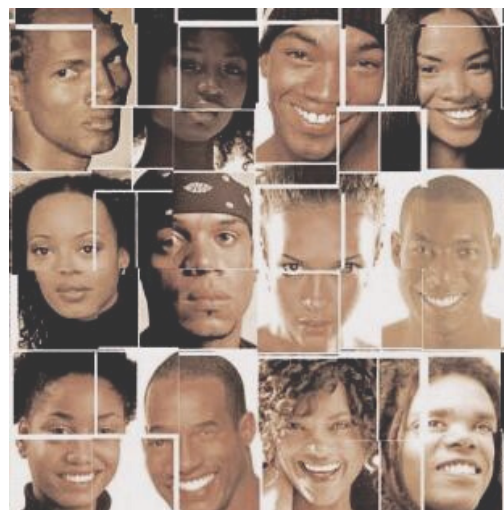
Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, por meio do Decreto 6261/2007, sustentado por 04 eixos:

1. Acesso à Terra
2. Infraestrutura e Qualidade de Vida
3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local
4. Direitos e Cidadania.



Ampliação e a qualificação de ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do SUS”

**“Intersetorialidade
visão integrada dos problemas
sociais e de suas
soluções”.**



Equidade em Saúde

Jucélia, 61 anos, sem esperança de re(conquistar) as terras que um dia pertenceram a sua família, verbaliza:

“ Todo o dia é a mesma coisa: sem as pílulas, o sono não vem”

Moradora do Quilombo Vidal Martins, comunidade que leva o nome do seu bisavô, Florianópolis.

Matéria completa em Jornal ZERO

Curso de Jornalismo, UFSC, maio de 2019

“Somente após cem anos da abolição da escravidão, os povos e comunidades quilombolas conquistam, por meio da Constituição de 1988, o status de grupo formador da sociedade brasileira. Em seu Artigo 68, o texto da constituinte evoca pela primeira vez não apenas uma “identidade histórica”, mas a expansão das políticas de reconhecimento, defesa e reparação de prejuízos gerados com os processos de escravidão e abolição longe de serem completados” (Quilombos e Quilombolas: indicadores e propostas de monitoramento de políticas, Ministério dos Direitos Humanos, 2018)

Diante disso, o Núcleo Equidade em Saúde tem como preceito contribuir que o respeito à pluralidade e a garantia da melhoria das condições de saúde – via garantia do atendimento na Rede SUS ao cidadão catarinense vivendo em situação de vulnerabilidade.

Desse modo, está em promover a implantação e/ou a implementação de políticas públicas para este segmento populacional, que ora é de responsabilidade do núcleo, consolidando cuidado em saúde no território em comunhão com as atribuições do estado.

Para isso, buscamos trabalhar em parcerias fomentando o diálogo com equipes e gestores da atenção primária, no reconhecimento do processo de trabalho das equipes na oferta do acesso avançado e na resolutividade e integralidade do cuidado em saúde, considerando sempre as especificidades e necessidades tanto regional quanto do município.

Leia também:

Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, 2013

Política de Educação Escolar Quilombola

Governo de Santa Catarina/ Secretaria da Educação

Núcleo de Educação Escolar Quilombola



Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas, 2013 Programa Brasil Quilombola

Disponível online



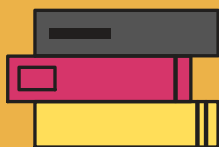
O fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) passa necessariamente pela atenção primária à saúde por agenda de ações estratégicas multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial junto às ESFs

“A discussão do racismo é fundamental não apenas para os negros, mas para o conjunto da sociedade brasileira”, disse o jornalista Carlos Medeiros durante o Café Filosófico CPFL sobre “Raça e Racismo no Brasil”, segundo debate da série “O valor das diferenças em um mundo compartilhado” (Jacy Afonso, 2015)

Nesse contexto, o enfrentamento do racismo institucional em nossos serviços de cuidado busca enraizar respostas biopsicossociais no “modo de fazer e pensar saúde” no SUS!

Com intuito de contribuir no planejamento dessas ações afirmativas, a Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS) por meio do Núcleo Equidade em Saúde, convida:

Leia mais em:



O Conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde

Vamos dialogar junto a atenção primária e gestores, buscando consolidar a inclusão da PNSIPN enquanto política pública nos Planos Municipais de Saúde, para o ano de 2020?

Lembrando:

Ainda é possível se inscrever

UNA-SUS CURSO ONLINE

Voltado ao profissional da atenção primária e demais interessados na redução das desigualdades → princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) → Política Nacional da População Negra (PNSIPN)

Informação:

<https://www.unasus.gov.br/cursos>



.....

“Para os movimentos negros, o principal resultado das ações afirmativas foi o de colocar a discriminação e o preconceito na agenda pública, mudando a lógica dos debates que sempre foram no sentido de criminalizar o racismo, mas não de enfrentá-lo com políticas inclusivas.

A intervenção do Estado é que está fazendo a diferença” (Jacy Afonso, 2015).

.....

Valorizando a Pnaishn - sugestão de leitura

- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)
- Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de dezembro de 2017 (Origem PRT MS/GM nº 992/2009, Anexo XIX) (disponível online)

Portaria n 344, de 01 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor/etnia nos formulários (disponível online)

III Plano Operativo

(2017-2019) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - Resolução nº 16, de 30 de março de 2017 (disponível online)

- O SUS está de braços abertos para a saúde da população negra, 2017 (disponível online)
- Biblioteca Digital. Saúde da população negra, defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas
ONU - Plano Plurianual 2012-2015.
<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf> (disponível também online)



“A Política tem como marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde” (MS, 2017)

É com esse propósito, que essa primeira edição do nosso Boletim Informativo vai ao encontro da importância do planejamento estadual e municipal na implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e de seu fortalecimento na atenção primária, frente às morbimortalidades e em defesa da vida, enquanto resposta ao enfrentamento do racismo institucional em nosso estado.

Seu município vem realizando ações de cuidado à saúde da população afrodescendente?

Entre estas, o preenchimento do quesito raça/cor/etnia?

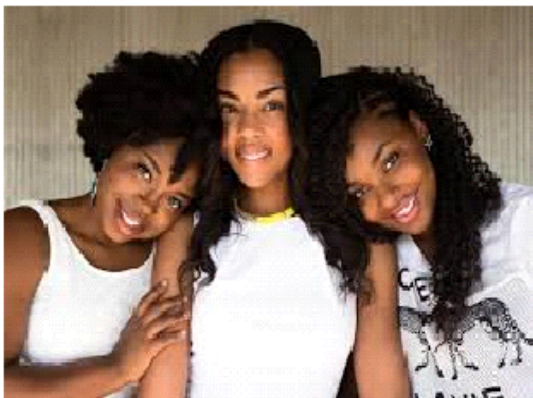
Encaminhe relatórios, fotos para que possamos socializar no nosso próximo Boletim Informativo para o e mail populacaonegra.saude.sc@gmail.com

Contamos com a participação de sempre de cada um de vocês que atuam na Atenção Primária.

Bom trabalho a todos nós
Até o próximo Boletim Informativo!

Abraço,
Sandra Barreto
Núcleo Equidade em Saúde

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde - SES
Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS)
Diretoria de Atenção Primária à Saúde - (DAPS)
Núcleo Equidade em Saúde



Agradecemos a parceria de Caroline Mara Maier, pela diagramação e ilustração, apoio administrativo da Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS)